

ANEXO I.

TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de preços para **future** e **eventual** aquisição de material elétrico para atender a demanda do Município de Ouvidor para os próximos 12 (doze) meses, conforme estipulado neste termo.

1.1.1. Dos itens:

a) Luminárias, relê e base para relê:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	ESTIMATIVA
1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 433X170X76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150°; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 50 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 5000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10KV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UNIDADE	500
2	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 475x204x76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150°; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 100 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 18.000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10KV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UNIDADE	500
3	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 475x204x76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150°; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 150 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 27.000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10KV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.		300
4	RELÊ FOTOCÉLULA SLIM TÉRMICO 220 V RETARDO SEM BASE: CARACTERÍSTICAS: TENSÃO: 220V; 50/60Hz; MATERIAL: POLIPROPILENO; TIPO DE COMANDO QUANDO DESENERGIZADO: NORMALMENTE FECHADO; FILTRO DE TEMPO: IMPEDE ACIONAMENTO INDEVIDO EM CASOS DE VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE (RAIOS/LASER/NUVENS etc.); TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5 MINUTOS PARA COMPUTAÇÃO DOS CANTOS. LUX PARA LIGAR: MENOR QUE 20 LUX; LUX PARA DESLIGAR: MENOR QUE 50 LUX, RESPEITANDO A RELAÇÃO DE HISTERESE. RELAÇÃO ENTRE LIGA E DESLIGA (HISTERESE): 1, 2 A 4 VEZES. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO; TENSÃO DE SURTO: ATÉ 4000V/2000A; SENSOR FOTOCÉLULA DE SULFETO DE CÁDMIO: LDR; ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP 55. TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 50°C.	UNIDADE	1000
5	BASE PARA RELÊ FOTOCÉLULA: TENSÃO: 100V - 250V; 50/60 Hz BIVOLT AUTOMÁTICO; RIGIDEZ ELÉTRICA: MAIOR QUE 2500V; CORRENTE NOMINAL: 10A; SEÇÃO TRANSVERSAL DOS FIO DE 1,5M² E COMPRIMENTO DE 20 CM; TOMADA FIXA SUPORTE METÁLICO; LIGAÇÃO A 3 FIOS: FASEI (PRETO), NEUTRO OU FASE 2 (BRANCO) E CARGA (VERMELHO); MAPA DE MARCAÇÃO INDELEZÍVEL COM IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ENCAIXE DO RELÊ E IDENTIFICAÇÃO DOS TERMINAIS DE ENCAIXE; INTERCAMBIABILIDADE TOTAL: PODE SER UTILIZADO COM RELÊS DE QUALQUER FABRICANTE; MATERIAL/ESTRUTURA: ALÇA EM AÇO 1020 ZINCADA; TOMADA SOQUETE CONSTRUÍDOS EM RESINA POLIAMIDA REFORÇADA COM FIBRA DE VIDRO E TERMINAIS DE ENCAIXE EM LATÃO ESTANHADO; DIMENSÕES: 105X94MM.	UNIDADE	1000

b) insumos em geral:

ITEM	CÓDIGO/GOINFRA	PRODUTO	ESTIMATIVA	UNIDADE
6	3095	CABO AGRUPADO SINTENAX 1000 V. 4 X 25 MM2	300	M
7	3099	CABO DE COBRE NU 16 MM2	1200	M
8	3775	CABO DE COBRE NU 35 MM2	1500	M
9	3113	CABO FLEXÍVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 1,5 MM2	4000	M
10	3118	CABO FLEXÍVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 2,5 MM2	3000	M
11	3119	CABO FLEXÍVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 25 MM2	300	M
12	3831	CABO ISOLADO PP 3 X 2,5 MM2	2000	M
13	3830	CABO ISOLADO PP 3 X 4,0 MM2	1000	M
14	3903	CABO UTP-4P, CAT.6, 24 AWG	305	M
15	3691	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO TELEFÔNICA DE EMBUTIR 80X80X12 CM	2	UN
16	3134	CAIXA METÁLICA HEXAGONAL PARA ARANDELA (SEXTAVADA 3 X 3)	200	UN
17	3719	CAIXA METÁLICA PARA MEDIDOR MONOFÁSICO PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL 300X220X151MM	5	UN
18	3838	CAIXA METÁLICA PARA MEDIDOR POLIFÁSICO PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL 500X380X166MM	5	UN
19	3137	CAIXA METÁLICA QUADRADA 4"X4"X2"	1000	UN
20	3138	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4"X2"X2"	100	UN
21	4017	CAIXA PARA QUADRO DE COMANDO METÁLICA DE SOBREPOR 80X60X25 CM	15	UN
22	3203	CONECTOR TIPO PARAFUSO FENDIDO 16 MM2	600	UN
23	3206	CONECTOR TIPO PARAFUSO FENDIDO 35 MM2	600	UN
24	3259	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	70	UN
25	3260	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50-A	50	UN
26	3268	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 300 A 350-A	3	UN
27	3269	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 60 A 100-A	12	UN
28	3279	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO DIÂMETRO 1"	600	M
29	3923	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 25MM	3000	M
30	3318	FTTA DE AUTO FUSÃO, ROLO DE 10,00 M	500	UN

Processo Administrativo nº 2565 /2026.

31	3320	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	1000	UN
32	3330	HASTE COPPERWELD 5/8" X 3,00 M COM CONECTOR	225	UN
33	4052	LAMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 30 W, 2400 A 3000 LUMENS, LUZ BRANCA	1000	UN
34	3734	LAMPADA VAPOR DE SODIO (OVOIDE) 400 W	10	UN
35	3649	LUMINARIA CIRCULAR COM VIDRO PARA QUADRA ATÉ 400 W - BASE E-40	10	UN
36	4013	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS	500	UN
37	3648	LUMINARIA DE SOBREPOR USO AO TEMPO (TARTARUGA) - BASE E-27	50	UN
38	3596	REATOR EXTERNO VAPOR MERCURIO AFP 1 X 400 W	20	UN
39	3464	TERMINAL DE PRESSAO 16 MM2	120	UN
40	3467	TERMINAL DE PRESSAO 35 MM2	500	UN

1.1.2. As Luminárias deverão possuir garantia mínima de **5 (cinco) anos** e, os demais itens, garantia mínima de **12 (doze) meses**, prazos contados a partir da entrega e recebimento definitivo pela Administração, sendo de total e irrestrita responsabilidade das contratadas a troca/substituição do item durante esse período por defeito de funcionamento, exceto por eventos estranhos à responsabilização das futuras contratadas.

1.1.3. A descrição indicada acima é a mínima desejada pela administração, ficando obrigado a apresentação de ficha técnica dos itens para verificação da conformidade com o desejado pela Administração.

1.1.4. Da apresentação de certificação: Após a fase de lances e, juntamente com a documentação de habilitação que será solicitada pelo Pregoeiro, conforme disposto no Instrumento Convocatório, as licitantes deverão apresentar a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO das marcas apresentadas - **inciso III do § 6º do Artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/21**, sob pena de inabilitação pela não apresentação.

1.1.5. Da apresentação de amostras: A critério da Secretaria, poderá ser solicitada amostra dos itens descritos acima para verificação com o estipulado neste Termo, amostras que deverão ser apresentadas em até 07 (sete) dias após a convocação, salvo prazo em contrário acordado entre as partes, com a devida justificativa da licitante e aprovação da Administração.

1.1.6. Das condições de participação:

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Pela necessidade de padronização dos itens, e conforme disposto no Artigo 49 inciso III da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, fica aberta a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** nos itens abaixo, preservando-se todos os direitos assegurados às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparados quando de sua participação, conforme indicado no Instrumento Convocatório:

a) Luminárias:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	ESTIMATIVA	MÉDIA ESTIMADA
1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 433X170X76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150º; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 50 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 5000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10kV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UNIDADE	500	R\$ 225,00
2	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 475x204x76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150º; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 100 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 18.000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10kV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.	UNIDADE	500	R\$ 299,67
3	LUMINÁRIA PÚBLICA LED: MEDIDA: 475x204x76; ÂNGULO DE ABERTURA: 150º; COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E POLICARBONATO; BIVOLT; TENSÃO: 100-240V/50/60Hz; POTÊNCIA: 150 W ; 50.000 HORAS VIDA ÚTIL; 27.000 LÚMENS; IP 66 - PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA, CHUVA E POEIRA; PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DE 10.000V/10kV; SUPORTE/INSTALAÇÃO DE 60MM; TEMPERATURA DE COR: 5.000 K; COMPATÍVEL COM FOTOCÉLULA DE 3 PINOS - TOMADA PARA RELÊ ; LED INTEGRADO; CLASSE A DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS.		300	R\$ 454,17

COTA EXCLUSIVA: Conforme disposto no Artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, fica **EXCLUSIVAMENTE** assegurada a participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparados nos itens abaixo:

b) Relê e base:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	ESTIMATIVA	MÉDIA ESTIMADA
4	RELÊ FOTOCÉLULA SLIM TERMICO 220 V RETARDO SEM BASE: CARACTERÍSTICAS: TENSÃO: 220V; 50/60Hz; MATERIAL: POLIPROPILENO; TIPO DE COMANDO QUANDO DESENERGIZADO: NORMALMENTE FECHADO; FILTRO DE TEMPO: IMPEDE ACIONAMENTO INDEVIDO EM CASOS DE VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE (RAIOS/LASER/NUVENS etc); TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5 MINUTOS PARA COMUTAÇÃO DOS CANTOS. LUX PARA LIGAR:	UNIDADE	1000	R\$ 14,08

Processo Administrativo nº 2565 /2026.

	MENOR QUE 20 LUX; LUX PARA DESLIGAR: MENOR QUE 50 LUX, RESPEITANDO A RELAÇÃO DE HISTERESE. RELAÇÃO ENTRE LIGA E DESLIGA (HISTERESE): 1, 2 A 4 VEZES. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SUROS DE TENSÃO; TENSÃO DE SURTO: ATÉ 4000V/2000A; SENSOR FOTOCÉLULA DE SULFETO DE CÁDMIO: LDR; ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP 55. TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 50°C.				
5	BASE PARA RELE FOTOCÉLULA: TENSÃO: 100V - 250V; 50/60 HZ BIVOLT AUTOMÁTICO; RIGIDEZ ELÉTRICA: MAIOR QUE 2500V; CORRENTE NOMINAL: 10A; SEÇÃO TRANSVERSAL DOS FIO DE 1,5M² E COMPRIMENTO DE 20 CM; TOMADA FIXA SUPORTE METÁLICO; LIGAÇÃO A 3 FIOS: FASE1 (PRETO), NEUTRO OU FASE 2 (BRANCO) E CARGA (VERMELHO); MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL COM IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ENCAIXE DO RELÉ E IDENTIFICAÇÃO DOS TERMINAIS DE ENCAIXE; INTERCAMBIALIDADE TOTAL: PODE SER UTILIZADO COM RELÉS DE QUALQUER FABRICANTE; MATERIAL/ESTRUTURA: ALÇA EM AÇO 1020 ZINCADA; TOMADA SOQUETE CONSTRUÍDOS EM RESINA POLIAMIDA REFORÇADA COM FIBRA DE VIDRO E TERMINAIS DE ENCAIXE EM LATÃO ESTANHADO; DIMENSÕES: 105X94MM.	UNIDADE	1000	R\$	7,68

c) Insumos em geral:

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	ESTIMATIVA	UNIDADE	MÉDIA ESTIMADA
6	3095	CABO AGRUPADO SINTENAX 1000 V. 4 X 25 MM2	300	M	R\$ 87,39
7	3099	CABO DE COBRE NU 16 MM2	1200	M	R\$ 16,25
8	3775	CABO DE COBRE NU 35 MM2	1500	M	R\$ 34,27
9	3113	CABO FLEXIVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 1,5 MM2	4000	M	R\$ 1,83
10	3118	CABO FLEXIVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 2,5 MM2	3000	M	R\$ 3,18
11	3119	CABO FLEXIVEL PVC (70° C), 0,6/1 KV, SINTENAX 25 MM2	300	M	R\$ 22,18
12	3831	CABO ISOLADO PP 3 X 2,5 MM2	2000	M	R\$ 10,53
13	3830	CABO ISOLADO PP 3 X 4,0 MM2	1000	M	R\$ 11,56
14	3903	CABO UTP-4P, CAT.6, 24 AWG	305	M	R\$ 2,96
15	3691	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO TELEFONICA DE EMBUTIR 80X80X12 CM	2	UN	R\$ 459,00
16	3134	CAIXA METÁLICA HEXAGONAL PARA ARANDELA (SEXTAVADA 3 X 3)	200	UN	R\$ 3,12
17	3719	CAIXA METÁLICA PARA MEDIDOR MONOFÁSICO PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL 300X220X151MM	5	UN	R\$ 124,21
18	3838	CAIXA METÁLICA PARA MEDIDOR POLIFÁSICO PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL 500X380X166MM	5	UN	R\$ 222,30
19	3137	CAIXA METÁLICA QUADRADA 4"x4"x2"	1000	UN	R\$ 6,14
20	3138	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4"x2"x2"	100	UN	R\$ 2,66
21	4017	CAIXA PARA QUADRO DE COMANDO METÁLICA DE SOBREPOR 80X60X25 CM	15	UN	R\$ 692,40
22	3203	CONECTOR TIPO PARAFUSO FENDIDO 16 MM2	600	UN	R\$ 8,73
23	3206	CONECTOR TIPO PARAFUSO FENDIDO 35 MM2	600	UN	R\$ 12,29
24	3259	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32-A	70	UN	R\$ 11,46
25	3260	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50-A	50	UN	R\$ 13,96
26	3268	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 300 A 350-A	3	UN	R\$ 929,38
27	3269	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 60 A 100-A	12	UN	R\$ 273,88
28	3279	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DIAMETRO 1"	600	M	R\$ 7,96
29	3923	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 25MM	3000	M	R\$ 2,07
30	3318	FTTA DE AUTO FUSAO, ROLO DE 10,00 M	500	UN	R\$ 26,57
31	3320	FTTA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	1000	UN	R\$ 8,77
32	3330	HASTE COPPERWELD 5/8" X 3,00 M COM CONECTOR	225	UN	R\$ 157,77
33	4052	LAMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 30 W, 2400 A 3000 LUMENS, LUZ BRANCA	1000	UN	R\$ 23,08
34	3734	LAMPADA VAPOR DE SODIO (OVOIDE) 400 W	10	UN	R\$ 45,88
35	3649	LUMINÁRIA CIRCULAR COM VIDRO PARA QUADRA ATÉ 400 W - BASE E-40	10	UN	R\$ 266,48
36	4013	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS	500	UN	R\$ 18,81
37	3648	LUMINÁRIA DE SOBREPOR USO AO TEMPO (TARTARUGA) - BASE E-27	50	UN	R\$ 43,71
38	3596	REATOR EXTERNO VAPOR MERCÚRIO AFP 1 X 400 W	20	UN	R\$ 155,97
39	3464	TERMINAL DE PRESSAO 16 MM2	120	UN	R\$ 5,29
40	3467	TERMINAL DE PRESSAO 35 MM2	500	UN	R\$ 7,10

1.1.7. DO VALOR: O valor **MÁXIMO ESTIMADO** das aquisições será de **R\$ 728.395,80 (setecentos e vinte e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos)** conforme levantamento feito pelo Município de Ouidor.

1.1.8. A quantidade dos itens registrados acima, representam uma estimativa de consumos para os próximos 12 (doze) meses, não gerando qualquer obrigatoriedade de aquisições e/ou pagamentos de quantidades mínimas ou de sua totalidade, pois os itens serão requisitados conforme a necessidade da Administração, sendo adquiridos de forma parcelada e durante toda a validade da futura Ata de Registro de Preços – ARP.

2. DA DESTINAÇÃO:

Os itens serão destinados para a manutenção da iluminação de ruas, avenidas, prédios públicos e demais espaços de responsabilidade da Administração, tanto para a substituição daqueles pontos já existentes quanto para a instalação de novos pontos, conforme a discricionariedade da Administração e sua real e justificada necessidade.

Como a quantidade indicada representa apenas uma estimativa de consumo, pois foi baseada na quantidade total de pontos existentes no Município, a Administração resolve pela utilização do Sistema de Registro de Preços para tais aquisições, considerando a agilidade e economicidade que tal sistema oferece, já que a Administração solicitará aquele fornecedor cadastrado e registrado, a

entrega e disponibilização de itens em quantidades que possam atender àquela demanda específica, evitando aquisições desnecessárias.

3. DO FORNECIMENTO:

3.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme estipulado neste Termo, no Instrumento Convocatório e seus anexos.

3.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.3. Da fiscalização: O fiscal acompanhará a execução do fornecimento, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.3.1. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do fornecimento todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.3.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para as providências.

3.3.3. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor para as providências necessárias.

3.3.5. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da Ata de Registro de Preços, com vistas à renovação tempestiva ou a realização de novo procedimento licitatório.

3.4. Da gestão:

3.4.1. O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do fornecimento contendo todos os registros formais da execução no histórico, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.4.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

3.4.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.4.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho no fornecimento, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.4.5. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.4.6. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.4.7. O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos estipulados neste Termo, no Instrumento Convocatório e seus anexos.

4. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO:

4.1. Recebimento:

4.1.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, **no ato da entrega**, juntamente com a Nota Fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo, no Instrumento Convocatório e seus anexos.

4.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **até 10(dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contratado.

4.2. Da Nota Fiscal e da Liquidação:

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.1.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme os dados indicados nas ordens de fornecimento e deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

4.2.1.1.1. Comprovante de Ordem de Fornecimento, emitida pelo Departamento Responsável, com as devidas assinaturas;

4.2.1.1.2. Comprovante de entrega e recebimento dos itens assinados pelo Fiscal/Gestor da Pasta;

4.2.1.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

4.2.1.1.4. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão unificada expedida Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal; ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em plena validade;

4.2.1.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, em plena validade;

4.2.1.1.6. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da contratada, em plena validade;

4.2.1.1.7. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da contratada, em plena validade;

4.2.1.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em plena validade;

4.2.1.1.9. **Alvará de Funcionamento** em plena validade.

4.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do processo e

Processo Administrativo nº 2565/2026.

do órgão contratante; c) o período respectivo de execução do fornecimento; d) o valor a pagar e; e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

4.3. Prazo de pagamento: Os pagamentos serão efetuados em **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS**, através de transferência eletrônica, mediante apresentação das Notas Fiscais com os devidos documentos indicados no subitem 4.2.1.1., devidamente atestada pelo Setor competente, em letra bem legível, sem rasuras.

4.4. Forma de pagamento:

- a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5. DA ENTREGA:

5.1. Os itens deverão ser entregues conforme endereços indicados nas ordens de fornecimento em **até 07(sete) dias após a solicitação**, podendo esse prazo de entrega, em casos excepcionais e desde que o produto solicitado não seja de extrema necessidade, ser dilatado, caso haja necessidade da contratada e com a devida justificativa e autorização da Administração.

5.1.1. Toda as despesas com o transporte dos produtos até os locais indicados nas ordens de fornecimento serão de responsabilidade das contratadas, independentemente das quantidades e dos locais de entrega.

6. DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. São obrigações da Administração:

- 6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o estipulado neste Termo e anexos do Instrumento Convocatório;
- 6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo e anexos do Instrumento Convocatório;
- 6.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste Termo e anexos do Instrumento Convocatório;
- 6.1.6. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei, neste Termo e anexos do Instrumento Convocatório;
- 6.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 6.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e anexos do Instrumento Convocatório, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Processo Administrativo nº 2565/2026.

- 6.2.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 6.2.2. Comunicar ao contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 6.2.4. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou da entrega;
- 6.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do fornecimento pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contratado;
- 6.2.7. Comunicar ao fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos fornecimento.
- 6.2.8. Manter durante toda a vigência do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.2.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contratado;
- 6.2.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

7. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO, JULGAMENTO E DEMAIS DISPOSIÇÕES:

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** e modo de disputa **ABERTO**.

7.1.1. **Pregão:** modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto – inciso XLI – Artigo 6º - Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.2. **Sistema de Registro de Preços:** conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras – inciso XLV – Artigo 6º - Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.3. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação – Artigo 34 - Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.4. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para aquisição de bens será de 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto – Alínea “a” do inciso I do Artigo 55 - Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.5. Modo de disputa aberto: hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes - inciso I do Artigo 56 - Lei Federal nº 14.133/21.

7.2. A entidade gerenciadora da Ata de Registro de Preços será o Departamento de Licitações por meio do Agente de Contratação.

7.2.1. **Ata de Registro de Preços:** documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou

instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas – Inciso XLVI – Artigo 6º - Lei Federal nº 14.133/21.

7.2.2. Órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente – Inciso XLVII – Artigo 6º - Lei Federal nº 14.133/21.

8. DA PROPOSTA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- 8.1.1. contiverem vícios insanáveis;
- 8.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- 8.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 8.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

8.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada por meio de composição de custos, conforme exigência do Edital.

8.4. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá, no mínimo, em:

8.4.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito **PÚBLICO** ou **PRIVADO**, que comprove a licitante já ter executado a qualquer tempo, fornecimentos compatíveis e com características **SEMELHANTES** com o objeto deste Termo.

8.2.1.1. A Administração poderá solicitar o envio de contratos, notas de empenhos e notas fiscais para comprovar as informações apresentadas nos atestados, conforme indicado acima, acarretando a inabilitação da licitante pela não comprovação das informações fornecidas e aplicando as sanções administrativas e penais, inclusive quanto a fornecimento de documento falso.

8.4.2. **Alvará de Funcionamento** em plena validade.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. Comete infração administrativa, aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contratado;
- b) der causa à inexecução parcial do contratado que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contratado;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contratado;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contratado;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Processo Administrativo nº 2565/2026.

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do fornecimento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória de 100 % (cem por cento) sobre o valor contratado pela inobservância do prazo fixado para a entrega dos itens.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante:

9.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

9.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins

Processo Administrativo nº 2565/2026.

de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. DA FRAUDE:

As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

11. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante disposição do art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Ouvidor, 08 de maio de 2026.

MUNICÍPIO DE OUVIDOR.

CNPJ nº 01.131.010/0001-29.

Jaci Cândido Ribeiro.

Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos, Habitação e Urbanismo.

Município de Ouvidor.

Estado de Goiás.

Original assinado!